

# Particularidades do capitalismo no Brasil: superexploração da força de trabalho, racismo e mito da democracia racial no capitalismo dependente

Particularities of capitalism in Brazil: overexploitation of the labour-force,  
racism and the myth of racial democracy in dependent capitalism

Lívia Cintra Berdu\*    
Flávia Saragiotto Magalhães do Valle\*\*  

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões a respeito das particularidades do capitalismo brasileiro, dialogando, primeiramente, com categorias clássicas utilizadas nas elaborações sobre o tema, como via prussiana e via colonial, capitalismo tardio e hipertadio e, num segundo momento, capitalismo periférico e dependente, além da noção de superexploração da força de trabalho. Posteriormente, buscamos articular tais reflexões com algumas contribuições provindas da história social do trabalho acerca da conformação da classe trabalhadora brasileira, enfatizando o racismo e o mito da democracia racial enquanto elementos estruturais na consolidação e reprodução do modo de produção capitalista.

**Palavras-chaves:** Brasil; Capitalismo dependente; Racismo; Mito da democracia racial; Questão racial.

**Abstract:** This paper aims to present some reflections on the particularities of Brazilian capitalism, firstly dialoguing with classical categories used in elaborations on the subject, such as the prussian way and colonial way, late capitalism and hyper-late capitalism and, secondly, peripheral and dependent capitalism, in addition to the notion of overexploitation of the labor force. Subsequently, we pursue to articulate these reflections with some contributions from the social history of labor regarding the formation of the Brazilian working class, emphasizing racism and the myth of racial democracy as structural elements in the consolidation and reproduction of the capitalist mode of production.

**Keywords:** Brazil; Dependent capitalism; Racism; Myth of racial democracy; Racial question.

\* Universidade Estadual Paulista. E-mail: [liviaberdu@gmail.com](mailto:liviaberdu@gmail.com)

\*\* Universidade Estadual Paulista. E-mail: [flavia.valle@unesp.br](mailto:flavia.valle@unesp.br)

## Introdução

Inicialmente, partimos da compreensão de que, para intervirmos na realidade concreta, é necessário compreendê-la em sua complexidade, de forma a considerar seus movimentos e contradições, assim como as nuances capazes de imprimir contornos singulares que atravessam o cotidiano dos sujeitos. Nesse processo de análise e mediação, é necessária uma perspectiva ampla, totalizante e não fragmentadora, buscando abarcar elementos históricos, econômicos e sociais que, através de aproximações sucessivas e a conexão dos aspectos universais aos particulares, permitam compreender suas múltiplas determinações de forma mais eficaz e menos turva, ou seja, mais cristalina (Guerra; Montaño, 2024, p. 274-290).

Em se tratando da realidade brasileira, muito já se produziu acerca de suas especificidades no processo de consolidação do modo de produção capitalista, de modo a relacionar a escravização dos negros e negras sob a ordem colonial e os elementos de continuidade e permanência na subsequente combinação entre a exploração capitalista e o racismo. No entanto, ao nos debruçarmos sobre os estudos nessa temática, verificamos que ainda são escassas as reflexões que partem das categorias clássicas do marxismo utilizadas no campo das ciências sociais para a caracterização do capitalismo brasileiro - como via prussiana e via colonial, e capitalismo tardio e hipertardio -, de forma a articulá-las com as contribuições e aperfeiçoamentos advindos posteriormente com a chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD) - através de diversos autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e outros -, a qual vem ganhando força na área do serviço social nos últimos anos.

Ademais, existe um determinado hiato nas produções mais recentes desta área de conhecimento que busquem uma interlocução com a história social do trabalho e com as análises acerca do processo de formação da classe trabalhadora brasileira, de modo a destacar a virada teórico-política ocorrida nas últimas décadas que possibilitou a superação da historiografia tradicional do trabalho, a qual secundarizou a questão étnico-racial e a composição deveras heterogênea dos/das trabalhadores/as do país ao longo dos séculos XIX e XX.

Assim, tendo em vista tal lacuna, por um lado, e a necessidade de estabelecer conexões e diálogos entre diferentes autores, por outro, procuramos conectar o debate acerca das particularidades do capitalismo no Brasil a determinados aspectos da história social do trabalho e da classe trabalhadora brasileira, ressaltando o racismo, a lógica colonial e o mito da democracia racial como elementos fundantes na constituição e consolidação do capitalismo dependente no país. Partindo de uma perspectiva marxista, efetuamos alguns apontamentos relativos a diferentes autores que se debruçaram sobre o tema da questão racial na América

Latina e no Brasil, como José Carlos Mariátegui, Florestan Fernandes, Clóvis Moura e, de um ponto de vista mais geral acerca do colonialismo, o filósofo político e psiquiatra martinicano, Frantz Fanon. Dessa forma, salientamos como o racismo e o mito da democracia racial se aliam de forma profunda à superexploração da força de trabalho no país como dispositivo de maior extração de mais-valor e, além disso, operam numa ofensiva ideológica de inferiorização e desumanização dos negros e negras perante o conjunto da classe trabalhadora.

## O capitalismo brasileiro e suas particularidades

Analizar os aspectos singulares do capitalismo brasileiro e da classe trabalhadora no país implica em se debruçar sobre as características principais em seu processo de constituição, além de considerar alguns elementos conjunturais existentes naquele período histórico, os quais possibilitaram sua caracterização enquanto um país de *capitalismo tardio (ou hipertardio)* em grande parte dos estudos no campo das ciências sociais, incluindo o serviço social.

O sociólogo Ricardo Antunes aponta em sua obra publicada em 1982, *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora*, que tal debate está diretamente ligado a duas vertentes deformadas de assimilação das particularidades do capitalismo brasileiro, sendo a primeira delas, a busca pelo entendimento de sua natureza a partir de seu enquadramento nos casos de capitalismo clássico, o que provocou, em certa medida, a perda de vista de seus sentidos singulares. Por outro lado, teria havido, posteriormente, uma tendência à procura pelas suas especificidades, fazendo com que os contornos universais se ofuscassem na análise (Antunes, 1982, p. 39-40).

Em diálogo com algumas obras clássicas no campo do pensamento econômico e social brasileiro – como os escritos de Caio Prado Jr., Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré a respeito da formação capitalista no país –, Antunes observa as relações entre a agricultura e a indústria no Brasil e destaca a predominância da noção de um caráter contraditório e antagônico acerca desta combinação entre agrarismo e industrialismo, a qual não estabeleceu uma conexão ou mediação entre seus elementos peculiares. Uma vez que o contexto agrário era considerado a expressão do mundo feudal – assim como nos países europeus como França e Inglaterra – e, por outro lado, o elemento industrial significava o surgimento do capitalismo enquanto modo de produção, desenvolveu-se, em certa medida, uma prática de contínuas comparações entre realidades bastante distintas. Ou seja, como destaca o autor, um país detentor de um passado colonial e de capitalismo dependente dos centros imperialistas como o Brasil, foi por muitas vezes enquadrado nos mesmos moldes que países de características divergentes, tendo a

realidade europeia como uma espécie de modelo a ser seguido. Como forma de resposta a esta tendência, outra lógica procurava uma identificação absoluta entre campo e cidade, e entre agricultura e indústria, desprezando as contradições e fissuras existentes entre os interesses de ambos os setores (Antunes, 1982, p. 40).

Assim, ao analisar a fase de gestação do capital industrial, a qual teve como matriz básica a economia cafeeira, sublinha que o capital provindo desta mesma economia engendrou a indústria de bens de consumo assalariado, como a têxtil, ao invés da indústria de bens de produção, cujos custos de investimento e tecnologia eram muito maiores e não se encontravam disponíveis no mercado internacional naquele período de disputas imperialistas (Antunes, 1982, p. 40). Contudo, como afirma o sociólogo, “O capital cafeeiro, ao mesmo tempo em que gerou as condições para o advento do capital industrial, criou limites concretos para a sua expansão, o que objetivamente bloqueou uma expansão mais dinâmica do núcleo produtivo industrial” (Antunes, 1982, p. 41). Nota-se que o autor aponta, desta forma, a existência de um elemento de unidade e, por outro lado, um aspecto de contradição nesta ligação, uma vez que o desenvolvimento capitalista por via da indústria é forjado pela expansão da produção do café e, no entanto, o mesmo é restringido pela posição dominante desta economia na acumulação de capital (Antunes, 1982, p. 41-42).

Como forma de contribuição ao debate, salientamos um elemento destacado pelo economista Francisco de Oliveira, que afirma que o ponto central de tal relação consiste na polarização entre a burguesia industrial e os latifundiários no processo de constituição do capitalismo industrial brasileiro, já que a luta de classes nesse contexto se dava em uma dupla perspectiva: por um lado, havia o conflito entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção – incluindo a terra – e, em segundo plano, desenvolviam-se as fissuras entre as diferentes frações da classe dominante e exploradora (Oliveira, 1977, p. 29).

A partir de tais elementos, pode-se dizer, portanto, que as particularidades concernentes ao capitalismo industrial brasileiro apresentam um desenvolvimento lento e gradual das forças produtivas, imbuído de uma dinâmica conciliatória e reacionária, com leve similitude com a transição alemã, e não com os moldes clássicos de transição revolucionária para o capitalismo como a Inglaterra ou a França, caso se queira efetuar alguma aproximação de cunho inicial. Desse modo, a *via prussiana*<sup>1</sup> como modo específico de constituição do capitalismo na

<sup>1</sup> Ricardo Antunes aponta que o filósofo político Carlos Nelson Coutinho introduziu a categoria criada por Lênin de *via prussiana* em seus estudos estéticos como referência para os estudos acerca do capitalismo no Brasil. Posteriormente, Luiz Werneck Vianna e José Chasin a retomaram em suas respectivas obras: VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970 e CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hipertadio*, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

Alemanha pode servir como referencial teórico para a interpretação acerca de algumas características do caso brasileiro, como a ausência de um processo revolucionário provindo das camadas trabalhadoras e subalternizadas que rompesse de forma violenta e definitiva com os traços feudais ou coloniais, respectivamente. Vale ressaltar, no entanto, que tal aproximação deve ser feita na perspectiva de identificação de seus aspectos comuns, mas também aqueles se diferem, tendo em vista a superação desta comparação (Antunes, 1982, p. 42-43).

Assim, utilizando-se dos aportes teóricos de Marx<sup>2</sup> e Lênin<sup>3</sup> a respeito da formação do capitalismo nos principais países europeus e as diferentes formas de transição – *via revolucionária e via reformista* – do feudalismo para este modo de produção através do avanço das forças produtivas, Antunes sintetiza:

Esta via não-clássica de transição, forma concreta de constituição do capitalismo nos países de desenvolvimento tardio, apresenta, portanto, um caminho lento, reacionário, conciliando o *progresso* com o *atraso*, através da fusão entre as velhas classes dominantes e as velhas formações econômicas - que no caso alemão eram feudais - com as novas classes e as novas formações econômicas de talhe capitalista, num quadro onde inexiste a ruptura abrupta e radical (Antunes, 1982, p. 45-46).

Assim, podemos afirmar que a grande propriedade e o latifúndio tiveram um papel crucial no processo de constituição do capitalismo brasileiro, impossibilitando, dessa forma, que um campesinato ativo pudesse dirigir o desenvolvimento agrário por uma via de ruptura brusca. Na esteira desse movimento de modernização, consolidou-se um “reformismo pelo alto”, o qual extinguiu qualquer chance de envolvimento dos setores populares nesse percurso. Assim como a Alemanha, o Brasil dispôs, nesse processo, de um Estado fortalecido e “hipertrofiado”, fato que o permitiu dirigir o movimento transicional para o capitalismo industrial no país (Chasin, 1978, p. 627 *apud* Antunes, 1982, p. 55). Sob este prisma, o filósofo José Chasin descreve alguns aspectos acerca deste contraditório desenvolvimento, o qual prescindiu de uma interrupção ou dissolução entre o novo que emergia e o velho que sucumbia.

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o *novo* emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraíndo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação “pelo alto”, o universo político e social contrasta com os casos *clássicos*, negando-se de igual modo ao

<sup>2</sup> É importante salientar que Marx já havia sinalizado acerca da singularidade da formação capitalista alemã em seu artigo “Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel”, publicado em 1843.

<sup>3</sup> Esta discussão pode ser encontrada no texto de Lênin, “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática”, publicado no ano de 1905.

progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem os *pecados* de todas as formas de estado” (Chasin, 2000, p. 42).

Isto posto, cabe aqui, no entanto, um necessário adendo em relação a uma fundamental distinção entre as transições capitalistas no Brasil e na Alemanha que deve ser demarcada. Enquanto as grandes propriedades e o latifúndio na Alemanha provêm do feudalismo, o latifúndio no Brasil tem raízes coloniais, e desde a invasão do país pelos portugueses durante o século XVI, este serviu como instrumento para a extração e acumulação primitiva de capitais realizada pela metrópole. Assim, apesar do movimento de industrialização nos dois países ter sido lento e retardatário, ao passo que na Alemanha tal processo tenha se dado de forma tardia, o capitalismo no Brasil pode ser chamado de hipertardio, uma vez que nunca rompeu com sua condição de país subordinado aos pólos centrais da economia internacional. É nesse prisma, portanto, que Chasin utiliza a designação de *via colonial* – a partir de Lênin – como forma de caracterização para o caso brasileiro, uma vez que demarca esse traço bastante específico, ou seja, singular. Antunes desenvolve esta caracterização:

Entendida como tal, a industrialização brasileira, na particularidade da *via colonial*, além de hipertardia, retardatária e subordinada ao capitalismo na sua fase monopolista, tem outras especificidades que a distinguem dos casos clássicos de transição e que são *fundamentais* para o entendimento da constituição e da inserção da classe operária no capitalismo brasileiro. Enquanto nas formações centrais o processo de constituição do capitalismo passa pelas formas clássicas de produção - como o artesanato, a manufatura e a grande indústria - , no Brasil o processo de industrialização nasce dentro de um contexto onde predomina a grande indústria, entendida aqui como “o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material de produção”, e onde a mecanização e a coletivização do trabalho substituem o trabalho manual, individualizado ou parcelar das formas anteriores. Em outros termos, da acumulação mercantil fundada na economia agro-exportadora cafeeira transita-se lentamente para um processo de acumulação centrado na grande indústria, com relativo grau de mecanização, onde a máquina foi introduzida antes mesmo que o trabalho artesanal individual, aqui praticamente inexistente, e o trabalho manufatureiro, efetivando a subordinação real do trabalho ao capital (Antunes, 1982, p. 49-50).

Assim, na esteira da subordinação do trabalho ao capital sob o manto da via colonial, Antunes afirma que, por conta do processo de industrialização tardio, também o processo de formação da classe trabalhadora brasileira carregaria traços bastante diversos, uma vez que os/as trabalhadores/as teriam se constituído majoritariamente dentro de um contexto onde sobressaía a grande indústria. Isso nos permite concluir, segundo o sociólogo, a respeito da contradição vivida pela classe operária no seu processo de conformação no país, já que:

(...) por um lado ela é uma classe que já nasce, *objetivamente*, dentro daquelas condições que caracterizam a última fase do trabalhador europeu clássico (a grande indústria); por outro lado, e dialeticamente, essa grande indústria existe

em algumas manchas do país, manchas estas submersas a um mundo ainda predominantemente agrário. Ou seja, a nossa classe operária reflete, na verdade, a contradição que caracteriza o nosso processo de industrialização: apesar de, em seu nascimento, não ter percorrido as formas de produção anteriores, ela não pôde crescer normalmente, limitada que foi por uma industrialização que pagou alto preço ao latifúndio para poder desenvolver-se, ao mesmo tempo em que se encontrava nas condições de uma industrialização subordinada (Antunes, 1982, p. 58).

Assim, embora a classe trabalhadora brasileira tenha se gestado nas condições favoráveis para o seu desenvolvimento, esta teve um processo de formação distinto do proletariado europeu, pois teria se apresentado de certa forma, incompleto, no que tange à sua consciência de classe, ou, nas palavras do autor, “sua incapacidade de transitar do *em si* ao *para si*” (Antunes, 1982, p. 58-59).

Contudo, é necessário delimitar, neste ponto, sobre a ocorrência de uma reformulação das interpretações feitas até então acerca das particularidades do capitalismo brasileiro, da classe trabalhadora no país e, de uma forma mais ampla, deste modo de produção no continente latino-americano, uma vez que o esquema por vezes mecanicista adotado pelas ideias provindas da concepção dogmática e etapista do chamado “marxismo oficial” de intelectuais brasileiros na primeira metade do século XX<sup>4</sup>, esbarravam na equivocada ideia de que só após a plena constituição do capitalismo na região seria possível conceber uma revolução socialista (Carcanholo, 2023, p. 03).

Assim, no intuito de aperfeiçoar as inúmeras contribuições feitas pela tradição anterior, surgiram as reflexões provindas da chamada Teoria Marxista da Dependência, fundada durante a década de 1960 durante o contexto de crise estrutural do capital e que trazia profundos desdobramentos às economias dependentes dos grandes centros como o Brasil e demais países da América Latina, os quais enfrentavam golpes e ditaduras militares acompanhadas da aplicação das primeiras medidas neoliberais da história. As elaborações de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, junto a outros teóricos influenciados pelos debates acerca do imperialismo naquele contexto, trouxeram grandes contribuições para a tradição marxista no sentido de investigar as especificidades da manifestação da lei do valor em países de capitalismo periférico, assim como suas implicações na chamada “questão social” (Carcanholo, 2023, p. 02-04).

<sup>4</sup> Nos referimos aqui especificamente aos intelectuais pertencentes ao PCB - Partido Comunista Brasileiro do período. No entanto, vale enfatizar que a Teoria Marxista da Dependência também tinha como objetivo a superação das elaborações da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe –, a qual teve como principal expoente o economista Celso Furtado.

Dessa forma, partindo da articulação entre as categorias e componentes centrais como a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor no plano do comércio internacional de mercadorias e por outros mecanismos ligados à conta de capital e serviços, além da elevada concentração de renda e riqueza e o recrudescimento dos problemas sociais decorrentes do desenvolvimento do próprio capital, esses autores propuseram uma nova forma de analisar os países latino-americanos, de modo a se debruçar sobre suas singularidades (Carcanholo, 2023, p. 06).

Desse modo, a TMD afirma que o Brasil – enquanto país dependente – se caracteriza enquanto permanentemente subordinado a instrumentos de superexploração da força de trabalho como forma de garantir a acumulação de capital interna e, por outro lado, a apropriação de parte considerável do lucro (mais-valor) produzido e demandado pelo capital imperialista, condição esta que interfere diretamente nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras do país. Tal processo de transferência de mais-valor ficou conhecido como *troca desigual*, e implica que a categoria chave de análise é o capital, e não a “nação”, de modo que a condição de dependência é consequência de um desenvolvimento desigual e combinado<sup>5</sup> das leis de funcionamento do mesmo, em distintas partes do mundo (Carcanholo, 2013, p. 194).

Nesse sentido, a especificidade que define tal condição de dependência de países como o Brasil consiste justamente nos mecanismos estruturais de transferência de valor produzidos nessas economias, mas que, na verdade, são realizados e acumulados no ciclo do capital das economias centrais (Carcanholo, 2013, p. 198). Desse modo, é necessário evidenciar que, apesar de todas as economias capitalistas se utilizarem de distintos dispositivos de elevação da taxa de exploração, a superexploração da força de trabalho consiste num instrumento de compensação utilizada e requerida especificamente pelo desenvolvimento capitalista dependente, em função dessa mesma transferência estrutural de valor. Marini escreve a esse respeito:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2005a, p. 153).

<sup>5</sup> É importante sinalizar que a noção de desenvolvimento desigual e combinado é aperfeiçoada por Leon Trotsky a partir das elaborações iniciais marxianas sobre os diferentes ritmos e intensidades da dinâmica do capital e do desenvolvimento das forças produtivas em distintos países e sua combinação entre si. Posteriormente, o economista belga Ernest Mandel elaborou análises a partir deste conceito.

Partindo então da centralidade da categoria de superexploração da força de trabalho, Marini observou que esta se definiria por uma elevação da taxa de exploração que não passa por elevação da produtividade, justamente por esta estar barrada para as economias dependentes e, além disso, pelo fato da superexploração ser um mecanismo necessário para elevar a taxa de acumulação do capitalismo dependente em razão dos condicionantes estruturais de dependência (Carcanholo, 2013, p. 200). Por outro lado, esta se daria no pagamento da força de trabalho num valor abaixo do seu valor real, ou seja, na sub-remuneração dos salários dos trabalhadores localizados nas economias periféricas. Nas palavras de Marini:

(...) a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real (Marini, 2005b, p. 189).

No trecho acima, Marini aborda o elemento específico que nos permite caracterizar o modo de funcionamento do capital nas economias dependentes como o Brasil, o qual se baseia na sub-remuneração de grande parte da classe trabalhadora e que se interrelaciona com outros aspectos estruturais que delineiam a história do país e de toda a América Latina, isto é, o racismo. Como já sinalizado anteriormente, o modo de produção capitalista é capaz de se combinar e se entrelaçar às raízes coloniais e escravistas aqui existentes, permitindo assim sua reprodução, por um lado, e a legitimação da ideia de inferioridade de parte da classe trabalhadora, por outro. Portanto, a partir de tais elaborações feitas pelos teóricos da TMD e seu aprimoramento e atualização feitos nos últimos anos, é possível efetuarmos uma análise mais rigorosa a respeito das particularidades do capitalismo brasileiro, assim como as especificidades da classe trabalhadora no país e, por conseguinte, da chamada “questão social” neste território.

Nesta perspectiva, é necessário sinalizar, por fim, que a historiografia tradicional do trabalho e muitos dos principais intérpretes do movimento operário brasileiro que se debruçaram sobre o estudo da classe trabalhadora e suas diferentes formas de organização nas primeiras décadas do século XX no Brasil<sup>6</sup>, secundarizaram, por muito tempo, a densa tradição de greves e “paredes” protagonizadas pelos trabalhadores escravizados e libertos ao longo do século XIX em território nacional, as quais influenciaram as lutas operárias posteriores e, muitas vezes, simultâneas a estes mesmos embates. Isso significa dizer que atribuir a suposta frágil consciência de classe dos trabalhadores do país - inseridos naquele período histórico - à

<sup>6</sup> Nos referimos às obras de Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, publicado pela primeira vez em 1976; Sheldon Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*, de 1979; Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, *A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930)*. Vol. 01: *O movimento operário*, publicado no ano de 1981, dentre outros.

sua origem rural ou escrava – como muitos o fizeram –, demonstra uma evidente necessidade de se efetuar uma série de mediações acerca da composição social e étnico-racial dos mesmos ao longo do processo de formação da classe trabalhadora no país e, principalmente, de recuperar o denso histórico de lutas efetuadas pelos trabalhadores escravizados – seja em conjunto aos trabalhadores “livres” ou não – nas plantações, fábricas, grandes indústrias e portos de diversas cidades do Brasil (Mattos, 2008).

Em vista de ilustrarmos a questão aqui levantada, recorremos ao exemplo existente no setor de serviços, composto pelos portos e ferrovias, e considerado como um dos mais estrategicamente significativos do país naquele período, uma vez que concentrava um grande contingente de trabalhadores e, por outro lado, tinha o funcionamento básico da economia agroexportadora como sua dependente. Segundo Boris Fausto, tal determinação estrutural tenderia a se impor durante a década de 1920 e sobretudo na primeira metade da década de 1930, quando as categorias de ferroviários e portuários - os quais eram fortemente influenciados pela tradição de trabalho e organização política provinda dos trabalhadores escravizados e libertos, e possuíam uma composição étnico-racial majoritariamente negra – se tornaram o núcleo mais permanente do sindicalismo brasileiro naquele cenário (Arantes, 2010; Berdu, 2018).

Como ressalta o próprio autor, os portos possibilitaram também os primeiros contatos de trabalhadores brasileiros com o movimento operário organizado de outros países latino-americanos - bem como de outros continentes do globo -, em especial a Argentina, quando depois de uma greve dos trabalhadores da companhia Lloyd Brasileiro<sup>7</sup>, dois delegados da Federación Obrera Regional Argentina chegaram ao Rio de Janeiro em novembro de 1904 visando uma articulação política entre eles. Tal encontro resultou num acordo entre a Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto de Buenos Aires e a União dos Operários Estivadores, criada a partir da grande greve de 1903 na ex-capital federal (Fausto, 2016, p. 145-150).

Nesse sentido, podemos destacar um importante aspecto provindo desta articulação de distintos setores de trabalhadores, o qual consiste em sua concepção internacionalista de luta e que se expressava, por um lado, na troca de experiências de organização e resistência política a partir de contribuições provenientes de diferentes lugares do mundo trazidas por via do Atlântico, além de sua composição social e étnico-racial bastante heterogênea, por outro.

<sup>7</sup> O Lloyd Brasileiro foi uma grande empresa privada destinada à exploração dos serviços de navegação no país, e foi criada através do decreto n.208, de 19 de fevereiro de 1890. Após diversas transformações internas e risco de falência, teve apoio concedido pelo governo federal durante a década de 1930. Em 1937, dentro do contexto de aplicação do projeto nacional de industrialização, o governo Vargas incorporou a companhia à esfera federal, assim como havia ocorrido com diversas ferrovias do país (Camargo, 2021).

## Colonialismo, racismo e o mito da democracia racial como elementos estruturantes do capitalismo brasileiro

Historicamente, a teoria marxista foi uma importante ferramenta utilizada no intuito de compreender as particularidades do capitalismo na América Latina e, embora esta tenha tido alguns percalços ao longo de sua trajetória no continente, diversas contribuições foram feitas por autores marxistas que se preocuparam em dar a ênfase necessária à relação entre as categorias de raça e classe ao se debruçarem sobre a realidade específica deste território. Com o intuito de superar uma lógica em certa medida eurocêntrica - provinda da concepção marxista até então hegemônica, e não das elaborações dos próprios Marx<sup>8</sup> e Engels -, a qual partia de um esboço por vezes evolucionista baseado em uma progressão linear dos modos de produção e que supostamente representaria um modelo universal a ser adotado, o marxista peruano José Carlos Mariátegui traçou elaborações acerca do tema de forma precursora durante a década de 1920. Tanto na obra *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, escrita em 1928, quanto no documento *O problema das raças na América Latina*<sup>9</sup> - elaborado principalmente pelo historiador, sociólogo e jornalista -, este faz um importante exercício teórico de sublinhar elementos fundamentais no contexto latino-americano e peruano, em especial, como o papel desempenhado pelo colonialismo europeu e a importância de se pensar a realidade dos negros e indígenas, os quais representavam grande parte dos/das trabalhadores/as na região.

Nesse movimento de articulação entre o particular e o universal, Mariátegui foi capaz de vincular a questão indígena à questão da terra - objeto de grande relevância para compreender a formação sócio-histórica do Peru e de diversos países da América Latina, como o Brasil -, identificando uma espécie de amálgama entre estruturas vistas como “arcaicas” e outras tidas como “modernas”, isto é, pré-capitalistas e capitalistas. Nesta linha de raciocínio, o autor verificou que, no processo de independência e na posterior formação da burguesia peruana, não houve a superação dos moldes coloniais nas esferas econômica e social, o que evidencia o caráter de subordinação das burguesias locais ao capital financeiro e à burguesia imperialista (Barros, 2023, p. 08).

125

<sup>8</sup> Durante toda a guerra civil dos Estados Unidos (1861 - 1865), Marx e Engels elaboraram dezenas de artigos e trocaram inúmeras cartas discutindo a respeito do conflito entre a União (que defendia, em certa medida, a abolição dos afroamericanos escravizados) e o Sul escravista. Em artigo do historiador Kevin Anderson, este analisa uma carta de Marx a um amigo russo, Pável V. Ánnienkov, na qual Marx mencionava o Brasil, o Suriname e o sul dos EUA em alguns escritos sobre a escravização dos negros, se posicionando abertamente contra a mesma (cf. Anderson, 2019; Engels; Marx, 2022). Sobre as elaborações críticas de Marx a respeito do colonialismo, cf. Herrera (2019).

<sup>9</sup> Este documento foi escrito principalmente por Mariátegui e apresentado pelos representantes do Partido Socialista Peruano Hugo Pesce e Julio Portocarrero na I Conferência Comunista Latino-Americana, sediada em Buenos Aires, em 1929. O evento foi realizado em um contexto de calorosos debates a respeito do tema no âmbito da III Internacional Comunista.

A partir de tais reflexões, Mariátegui pôde realçar, há quase um século, a condição de protagonistas aos negros e indígenas num processo de transformação social radical no continente latino-americano, uma vez que tais sujeitos estavam - e ainda estão - localizados em um ponto estratégico da luta de classes, ou seja, no elo de profundo entrelaçamento entre a exploração capitalista e o racismo, o qual é legitimado e potencializado por este modo de produção como mecanismo de superexploração da força de trabalho desses setores, por um lado, e o rebaixamento dos salários do conjunto da classe trabalhadora, por outro.

Nesse sentido, tendo diversos pontos em comum com Mariátegui, podemos apontar as análises de Florestan Fernandes a respeito da formação social brasileira e a questão negra a partir do imediato período pós-abolição no país, no qual tais sujeitos estavam submetidos às piores condições de trabalho e vida em comparação aos trabalhadores imigrantes aqui instalados (Fernandes, 2008). Tal condição de subalternidade, a qual persiste até os dias atuais, provocou estudos do sociólogo no sentido de investigar as relações raciais no país e sua profunda conexão com as especificidades do capitalismo no Brasil, caracterizando-o pela primeira vez como dependente dos grandes centros do capital. Vale ressaltar ainda, que Florestan foi o primeiro grande propulsor da obra de Mariátegui no país, quando em plena ditadura empresarial militar, no ano de 1975, concentrou esforços para a publicação do livro já mencionado *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* pela editora Alfa Ômega (Mariátegui, 1975).

O fato é que o autor soube identificar, a partir dos lastros teóricos marxistas clássicos, que o modo de produção capitalista latino-americano se constituiu através da “modernização do arcaico” e da “arcaização do moderno”, ou seja, do processo de desenvolvimento das forças produtivas que, embora permitissem a consolidação da extração de mais-valor nos padrões mais avançados, não pôde romper com a estrutura colonial anteriormente imposta, a qual, na realidade, adquiriu novos contornos e contradições, configurando assim numa descolonização incompleta com elementos de ruptura, mas também de conciliação (Fernandes, 1973, apud Barros, 2023, p. 15).

Vale destacar, além disso, que em sua obra do ano de 1989, *O Significado do Protesto Negro*, na qual apresenta elaborações mais sofisticadas a respeito da questão racial em relação à obra de 1964, o autor tece sobre a importância da articulação entre as categorias de raça e classe para uma análise mais acurada acerca da realidade de grande parte dos/as trabalhadores/as brasileiros/as e, ademais, aborda sobre a necessidade de os/as negros/as terem incorporadas suas demandas específicas nas reivindicações mais gerais da classe trabalhadora, visando sua unificação.

(...) existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes (...) em uma sociedade multiracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre trabalhadores, a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos - a classe e a raça. Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. A fórmula “proletários de todo o mundo, uni-vos” não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raça (...) Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente (...) (Fernandes, 2017, p. 84-85).

Assim, o que pretende-se demarcar neste breve artigo, consiste no caráter estrutural e determinante da escravização negra africana como elemento fundante do capitalismo brasileiro, a qual foi forjada através de uma lógica pautada na inferiorização dos negros e negras como mecanismo de extração e acumulação de capital por parte dos colonizadores europeus e, como sinalizado anteriormente, que teve como uma de suas finalidades o rebaixamento dos salários do conjunto dos trabalhadores – incluindo os imigrantes e europeus - no período final da escravização no país.

Nesse sentido, é essencial ressaltar, portanto, que os estudos acerca da resistência escrava no país têm reformulado a história do movimento operário brasileiro nas últimas décadas, contribuindo assim para superar a lacuna historiográfica deixada por alguns dos clássicos do pensamento social brasileiro acerca da composição social e étnico-racial da classe trabalhadora que se gestava ao longo do século XIX. Na esteira dessas elaborações, é possível identificar uma outra visão acerca desses trabalhadores que, para além de representarem um componente essencial na formação cultural do país com sua valiosa tradição africana expressa nas músicas, religiões, culinária e costumes em geral, também ultrapassa a limitada noção baseada em uma suposta passividade e indulgência por parte desses sujeitos em relação aos seus senhores e patrões. Os historiadores João José Reis e Flávio Gomes reiteram:

(...) o incremento da importação de africanos a partir do início do século XIX favoreceu as revoltas no Brasil. Uma alta proporção de escravos da população e de africanos natos entre os escravizados reforçou a identidade coletiva e a percepção de força diante das camadas livres, mormente quando os cativos tinham perfis étnicos comuns. As revoltas e conspirações escravas na Bahia na primeira metade do século XIX, em número superior a três dezenas, foram promovidas por cativos de origem africana, em especial haussás e nagôs, que formavam grandes colônias étnicas na região, chamadas no Brasil de “nações”, como o eram em toda a América: nación, nation, natie, etc. Da mesma forma que no Caribe setecentista, o vínculo entre concentração étnica - africanos de igual nação - e revolta se verificou na Bahia, embora não fosse o único fator a concorrer para a rebeldia. Entre outros, contaram também a experiência guerreira dos envolvidos, sua filiação religiosa (os muçulmanos

podiam ser particularmente militantes) e as condições da escravidão local (Gomes, Reis, 2021, p. 13-14).

Como é evidenciado pelos autores, os trabalhadores escravizados concentrados no estado da Bahia desenvolveram um papel crucial na luta por sua emancipação, chegando a organizar cerca de trinta greves e revoltas somente na primeira metade do século XIX - como a conhecida Revolta dos Malês, ocorrida em 1835 -, as quais foram articuladas a partir de elementos que os unificava. O estudo dessas mobilizações e conflitos auxiliam ainda na desconstrução da difundida ideia de que os trabalhadores imigrantes - sobretudo europeus e anarquistas - foram os únicos responsáveis pela densa tradição de luta e consciência política trazida para o país durante a transição do século XIX para o início do século XX, destacando o protagonismo negro nesse longo percurso.

Nesse mesmo prisma, Clóvis Moura, importante teórico marxista e militante comunista e do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980, afirmava em 1995 sobre a necessidade de que a história do trabalho no Brasil fosse reescrita, de modo a incluir os trabalhadores escravizados e libertos no processo de formação da classe trabalhadora brasileira, ressaltando também suas ferramentas e mecanismos de reivindicação:

(...) A prática dos senhores de escravos, que era quem fazia a política da época. Então, por isso não temos uma história escrita pelos que foram os seus agentes históricos. Não temos uma história que conte como o povo brasileiro criou a história trabalhando. Criando o trabalho, querendo trabalho. Como ele lutou para melhorar o trabalho no Brasil. Temos a história das ideologias, a história das religiões... Mas não como o trabalhador se organizou, se compôs. Como ele lutou contra os níveis de exploração sucessivos que apareceram. (...) Como capitalista dependente, a sociedade brasileira soube manipular um mito: a inferioridade do negro, a incapacidade do trabalho negro - para justificar a passagem da escravidão e do tráfico negreiro para o tráfico branco, que era exatamente o tráfico de imigrantes. Em tudo isso entra um componente étnico, porque o problema da imigração tem dois aspectos: primeiro, o branqueamento da sociedade brasileira; segundo, o grande comércio que foram as empresas de imigração no Brasil, controladas pelas grandes famílias (Moura, 1995, p. 51-57).

Esse seu trecho expressa de forma lúcida tanto a necessidade da centralidade do trabalho e dos trabalhadores escravizados e livres para uma análise mais precisa acerca da realidade no país, quanto a estreita relação entre a exploração capitalista e a opressão étnico-racial que, no caso do Brasil, perpassou por toda sua história desde sua invasão pelos portugueses e a violenta colonização dos indígenas e povos originários aqui instalados. Assim como destaca em outras obras, sinaliza que, em se tratando especificamente deste modo de produção, possui incontáveis mecanismos para se reformular e potencializar a condição de inferiorização e subalternização

dos trabalhadores negros e negras, lógica esta assaz lucrativa e funcional à superexploração desta camada da população (Moura, 2019; 2020).

Ademais, Moura complexifica a questão ao pontuar acerca da exploração dos trabalhadores imigrantes que, apesar de terem sido sobretudo europeus trazidos para o Brasil com o objetivo de “diluir” progressivamente o sangue negro da população trabalhadora, provinham majoritariamente das camadas mais baixas dos países menos abastados da Europa Ocidental, e permitiam, ao mesmo tempo, o enriquecimento das famílias brasileiras tradicionais ligadas ao tráfico.

Assim, nessa linha de análise, é necessário encarar o racismo como um pilar essencial - e não apenas acessório - nas relações sociais de produção e reprodução capitalista no Brasil, buscando compreender sua articulação estrutural na divisão social do trabalho, nos marcos do capitalismo dependente, já que este configura-se como um elemento organizador na produção de mais-valor a partir da hierarquização racial e étnica (Souza, 2023, p. 21).

Nesse prisma, vale ressaltar que, historicamente, são justamente os trabalhadores negros e indígenas e, principalmente, as mulheres negras aquelas mais afetadas pela condição periférica reservada ao capital brasileiro, uma vez que estão majoritariamente inseridas nas categorias mais precárias de trabalho, em grande parte desvinculados de seus direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários e, além disso, compõem grande parte dos milhões de trabalhadores que não conseguem sequer acessar o mercado de trabalho no país. Como destaca Martins, tais sujeitos “saíram das relações escravistas e adentraram as relações de trabalho capitalistas já na condição de reserva de força de trabalho” (Martins, 2021, p. 32). Ademais, a partir de tais marcadores sócio-históricos determinantes aqui destacados, é possível compreender de forma mais qualificada a própria conformação da questão social no Brasil e, além disso, as causas da presença majoritária das trabalhadoras e trabalhadores negros em suas diversas expressões (Martins, 2021, p. 40).

Nesta perspectiva, cabem aqui breves apontamentos a partir de contribuições feitas pelo filósofo, psiquiatra e ativista martiniano Frantz Fanon acerca das múltiplas combinações entre o racismo, o processo de colonização europeia e seus reflexos na dinâmica produtiva do capital e na esfera ideológica entre os trabalhadores e subalternizados. Em uma interlocução com a teoria marxista, com a qual Fanon dialogou ao longo de sua produção intelectual, o autor argumenta que esta necessitaria de uma considerável “amplificação” para dar conta dos elementos coloniais e também subjetivos dos negros e negras, possibilitando assim, uma “tomada de consciência” por parte dos mesmos (Faustino, 2018), conforme assegura no seguinte trecho:

Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial (Fanon, 2010 *apud* Faustino, 2018, p. 151-152).

Fanon analisa, deste modo, que o racismo consistiria - além de um produto desta dominação econômica, social e cultural, na qual a violência praticada pelos grupos dominantes contra os/as negros/as cumpre um papel determinante - num processo no qual a desarticulação das forças dos dominados e sua exploração e subordinação em diferentes dimensões tem um poder imbuído de múltiplas determinações e complexificações. E como sinaliza Faustino, os aportes trazidos pelas ideias e escritos do autor martiniano vêm no sentido de complementar a teoria marxista, e não contrapô-la, uma vez que o próprio racismo tem sido historicamente incorporado e reforçado pela exploração capitalista de maneira expressamente funcional à sua constituição, desde sua origem no processo de acumulação primitiva de capitais (Marx, 2013, p. 821). Faustino explicita tal inter-relação entre os elementos referidos:

Não se trata aqui de afirmar que o racismo é um epifenômeno das contradições de classe e muito menos que este se dissolveria diante de uma solidariedade abstrata entre os proletários do mundo, mas, sim, ao contrário, que o racismo é apropriado, na sociedade moderna, como elemento que torna possível o empreendimento colonial, tão vital, num primeiro momento, à acumulação primitiva de capitais e, num segundo momento, à exportação desigual e combinada das contradições implícitas ao sistema para a sua periferia global (Faustino, 2018, p. 153).

Considerando o contexto brasileiro e as especificidades do racismo no país, é fundamental traçarmos, por fim, alguns elementos em relação à conformação ideológica representada pelo chamado mito da democracia racial, engendrado a partir dos anos 1920 e 1930 no país e que, articulado pelo projeto de governo e de nação delineado durante a era de Getúlio Vargas, foi propagado como discurso oficial com o intuito de cristalizar a ideia de que no Brasil não havia racismo contra os negros e negras. Ao se comparar o país aos Estados Unidos – o qual atravessava uma onda brutal de violências contra os/as afro-americanos/as, como linchamentos e execuções praticadas pelos grupos supremacistas brancos como a Ku Klux Klan –, alimentava-se a ideia de que, pelo fato de não haverem leis racistas e segregacionistas legitimadas pelo Estado brasileiro, isso significa que no país as relações raciais se davam de forma harmônica e pacífica.

Assim, desenvolvido a partir de obras clássicas como a de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, o mito da democracia racial tornava-se uma espécie de senso comum, cumprindo, ao mesmo tempo, distintos papéis na sociedade brasileira. Se, por um lado, este

respondia às necessidades políticas impostas ao pensamento social brasileiro na medida em que se acirravam as tensões internacionais em torno da questão racial na Europa e se exigia uma ruptura com as ideias explicitamente racistas provindas da eugenia e do nazifascismo naquele período, por outro lado, correspondia a uma tentativa de neutralizar as iniciativas de contestação, organização e resistência política da população negra frente ao racismo e a discriminação racial existente no país. Munanga escreve a respeito:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Munanga, 1999, p. 80).

Sendo assim, trata-se de reafirmar que o mito da democracia racial consistiu em parte fundamental do processo de consolidação do capitalismo brasileiro, de forma a apagar os conflitos existentes entre os trabalhadores negros e seus senhores e patrões que perduravam desde o período da escravização e, além disso, como forma de escamotear as tensões raciais que também existiam em diferentes espaços de trabalho e sociabilidade ocupados pelo conjunto heterogêno da classe trabalhadora. Dessa forma, criou-se uma falsa noção de igualdade racial no mercado de trabalho, assim como nas áreas da educação, saúde e demais condições de vida desses sujeitos, deslegitimando suas reivindicações. Aliado a este elemento, como exigia o projeto de nação varguista, incorporava-se diferentes características provindas da cultura africana como forma de fortalecimento de um governo autoritário e reacionário, mas que, todavia, se mostrava inclusivo com a figura do negro enquanto integrante real da pátria, num evidente intuito de cooptá-los. Podemos afirmar, nesta mesma perspectiva, que vários aspectos dessa mesma lógica ainda se mantêm nos dias atuais, uma vez que a ideia de que o Brasil é um país destituído de segregação, preconceito e discriminação racial é profundamente propagado atualmente.

Portanto, diante de todo o exposto neste trabalho, fica evidente o papel desenvolvido pelo racismo ao longo da história do país enquanto um mecanismo real de fortalecimento e legitimação do trabalho escravizado durante o período colonial e, no cenário atual, como instrumento para a garantia da superexploração da força de trabalho dos sujeitos

subalternizados na esfera produtiva do capital. Concomitantemente, num país de capitalismo dependente e periférico como o Brasil, esta forma de opressão, entrelaçada à exploração, provoca ainda a exclusão desses mesmos setores do processo de circulação do capital, impedindo seu acesso até mesmo como meros consumidores de mercadorias, ou impedindo condições dignas de vida, escancarando o abismo social existente para esta imensa parte da população brasileira.

### Considerações finais

Como desenvolvido neste trabalho, verificamos que a tradição marxista foi responsável pela elaboração de inúmeras reflexões acerca da conformação do capitalismo em diferentes países, incluindo aqueles que se diferenciavam da realidade observada na Europa Ocidental, como os situados no continente latino-americano, como o Brasil. Apesar de alguns percalços ao longo de todo o percurso teórico-político na região, tais ideias foram capazes de se atualizar e se renovar, ajustando assim determinadas imprecisões e abarcando distintas realidades e particularidades, partindo de uma perspectiva totalizante que relacionasse os aspectos universais aos singulares, num movimento dialético de aproximações e mediações.

Em se tratando da realidade brasileira, identificamos neste artigo algumas especificidades que se entrelaçam na produção e reprodução capitalista desde o período anterior à conformação deste modo de produção, ou seja, durante o período colonial e escravista, e a acumulação primitiva de capitais. Nesse sentido, com traços de continuidade e permanência, a chaga histórica do racismo possui uma condição profundamente estruturada e estruturante na superexploração da força de trabalho no país, uma vez que tal combinação é utilizada e legitimada como mecanismo de garantia para a acumulação de capital interna e, por outro lado, a apropriação de parte considerável do lucro (mais-valor) produzido e demandado pelo capital imperialista. Nesse movimento inerente ao capitalismo dependente dos grandes centros, tornam-se indissociáveis as péssimas condições de vida e trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras do país - em especial das mulheres negras, negros e indígenas -, além da elevada concentração de renda e riqueza e o recrudescimento das diferentes expressões da “questão social”, decorrentes do próprio desenvolvimento do capital.

Por fim, analisamos neste texto uma especificidade do racismo brasileiro, ou seja, o mito histórico de uma suposta democracia racial existente no país, construído ao longo dos últimos cem anos e legitimado como discurso oficial pelos governos e as classes dominantes e criado em oposição a outros países que receberam trabalhadores africanos escravizados no continente americano, como os Estados Unidos. Nesse prisma, o mito de que as relações raciais no Brasil

se dão de forma harmoniosa e destituída de tensões e conflitos tem como principal intuito neutralizar as iniciativas de contestação, organização e resistência política da população negra frente ao racismo e a brutal discriminação racial existente no país.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kevin B. Raça, classe e escravidão: A Guerra Civil como Segunda Revolução Americana. In: ANDERSON, Kevin B. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 137-184.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.
- ARANTES, Érika Bastos. *O porto negro*: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2010.
- BARROS, Matheus de Carvalho. Raça e classe em José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes. *Trabalho Necessário*, v.21, nº 46, set.-dez. 2023.
- BERDU, Lívia Cintra. *Trabalhadores negros no processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro (1888-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2018.
- CAMARGO, Angélica Ricci. Lloyd Brasileiro. *Gov.br – Arquivo Nacional*. Jul.2021. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/1077-lloyd-brasileiro>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/9TDwhqwZ4nkByxJpFp5VJ3L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Origens e atualidade da teoria marxista da dependência. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 146(3), e-6628332, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sbLCrKwNcH3JdB7YkJY6n7v/>. Acesso em: 10 set. 2024.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*: Forma de regressividade no capitalismo hipertadio, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.
- CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994* – do golpe militar à crise social. Santo André (SP): estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- FAUSTINO, D. M. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, [S. l.], v. 20, n. 42, p. 148–163, 2018. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14288](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14288). Acesso em: 25 ago. 2024.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*: 1890-1920. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5<sup>a</sup> ed. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- GALASTRI, Leandro. Mariátegui e as especificidades da luta de classes latino-americana: as questões da raça e do latifúndio. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.21 n.38, p.24-39, jan./jun.

2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/33241>. Acesso em 12 set. 2024.
- GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (org.) *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos. *Serviço social crítico*: teoria e prática. Uma análise dos fundamentos do serviço social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão. Campinas: Papel Social, 2024.
- HERRERA, Remy. A colonização vista por Marx: para além de alguns mal entendidos. In: *Argum.*, Vitória, v. 11, n. 1, p. 42-55, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21385>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a, p. 137-180.
- MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b, p. 181-194.
- MARTINS, Teresa Cristina Santos. Crise do Capital e Pandemia: a “Questão Social” atravessada por determinações do racismo. In: EURICO, Márcia Campos; [et al] (org.) *Questão social, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. Campinas: Papel Social, 2021.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres*: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. vol.1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. Entrevista concedida a José Carlos Ruy. *Revista Princípios*. São Paulo, Julho de 1995.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2019.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. 3ª ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2020.
- MUNANGA, Kabengele. *Redisputando a mestiçagem no Brasil*: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.
- SILVA, Ana Paula Procópio da. Relações raciais e pensamento social brasileiro: Reflexões pertinentes a uma formação antirracista no Serviço Social. In: EURICO, Márcia Campos; [et al] (org.). *Questão social, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. Campinas: Papel Social, 2021.
- SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. *Revista Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.14, n.2, p.33-55, ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49530>. Acesso em: 10 set. 2024.
- SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 146(1), p. 16-35, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.